

A NARRATIVA ABOLICIONISTA NO CONTO “A ESCRAVA”, DE MARIA FIRMINA DOS REIS

Ana Carusa Pires Araujo (UESPI/FAPEPI)

Orientador: Professor Dr. Elio Ferreira de Souza (UESPI)

RESUMO: A arte literária de Maria Firmina dos Reis se configura na determinação e combate de uma mulher que estava inserida no século XIX, que é sinônimo de luta e coragem. Em meio a uma sociedade patriarcal, ela apresenta sua narrativa abolicionista, não se deixando vencer pelo preconceito racista que reinava naquela época. O conto “A Escrava”, publicado na *Revista Maranhense* (1887: 1, nº 3) escrito no auge da campanha abolicionista, é considerada uma obra afro-brasileira, pois apresenta o negro na perspectiva do negro, que aborda a classe social do negro em nosso país. Ela expressa as qualidades do homem negro, portador de sentimentos bons e virtudes, fortes o suficiente para lhe fazer superar a dor, causada pela humilhante condição de cativo, agindo com mansidão mesmo que não seja durante todo o tempo. Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar a narrativa acima a partir de uma voz que clama passagens que fazem retroceder experiências, expressadas pelo sofrimento, pela angústia e pela mágoa. Para fundamentar este estudo, tomamos por base, as concepções de Duarte, Conceição Evaristo, Cuti, Moraes Filho, Mott e outros.

Palavras-chave: Literatura afro-brasileira. A Escrava. Narrativa abolicionista.

Atualmente, os estudos sobre a literatura afro-brasileira vêm se fazendo presente nas discussões de pesquisadores e estudiosos que se preocupam com a questão afrodescendente. Com isso, a produção acadêmica tem fortalecido o debate em torno da identidade negra. Eduardo de Assis Duarte, em seu artigo “Literatura e afrodescendência” publicado em 2005, afirma que é desde o século XVIII, que a produção literária de autores afrodescendentes está presente no Brasil e que para Oswald de Camargo “o único poeta do século XVIII que resiste ser citado, como escritor negro, à força do texto, é Domingos Caldas Barbosa” (CAMARGO, 1987, p. 17), observando que em seus textos possui descrições de africanidade. Para analisar um texto literário e classificá-lo como pertencente da literatura afro, o crítico/pesquisador “não pode se reduzir a simplesmente verificar a cor da pele do escritor, mas deve investigar, em seus textos, as marcas discursivas que indicam (ou não) o estabelecimento de elos com esse contingente de história e cultura.” (DUARTE, 2005, p. 14). Assim, é necessário que

leitor se aproprie da produção escrita de autores que retratem as experiências vividas por afrodescendentes. Nesse âmbito, Duarte afirma:

Vejo no conceito de literatura afro-brasileira uma formulação mais elástica (e mais produtiva), a abarcar tanto a assunção explícita de um sujeito étnico – que se faz presente numa série que vai de Luiz Gama a Adão Ventura, passando pelo “negro ou mulato, como queiram”, de Lima Barreto -, quanto o dissimulado lugar de enunciação que abriga Caldas Barbosa, Machado, Firmina, Cruz e Sousa, Patrocínio, Paula Brito, Gonçalves Crespo e tantos mais. Por isto mesmo, inscreve-se como um operador capacitado a abarcar melhor, por sua amplitude necessariamente compósita, as várias tendências existentes na demarcação discursiva do campo identitário afrodescendente em sua expressão literária. (DUARTE, 2013, p. 34)

Como se observa, o termo afro-brasileira reúne uma amplitude de escritores, que vai desde Caldas Barbosa, Luiz Gama, Maria Firmina dos Reis, Machado de Assis, Lima Barreto, Carolina Maria de Jesus, e outros, até a contemporaneidade, como: Conceição Evaristo, Cuti, entre outros. Com um número considerável de autores que tratam a identidade negra com um olhar positivo, retratam em seus textos literários,

Personagens são descritos sem a intenção de esconder uma identidade negra e, muitas vezes, são apresentados a partir de uma valorização da pele, dos traços físicos, das heranças culturais oriundas de povos africanos e da inserção/exclusão que os afrodescendentes sofrem na sociedade brasileira. Esses processos de construção de personagens e enredos destoam dos modos estereotipados ou da invisibilidade com que negros e mestiços são tratados pela literatura brasileira, em geral. (EVARISTO, 2009, p.19)

Nesse limiar de uma constituição da literatura afro-brasileira, surge no cenário brasileiro, em 1943, a obra *A poesia afro-brasileira*, de Roger Bastide, que tem grande relevância para os estudos afrodescendentes e objetiva apresentar os trabalhos de autores negros, “partindo de uma perspectiva étnica” (DUARTE, 2005, p. 14), reafirmando a herança que o Brasil tem da África:

Talvez não seja impunemente que se traz correndo nas veias sangue da África e, com o sangue, pedaços de florestas ou de descampados, a música, longínqua do tam-tam ou do ritmo surdo da marcha das tropas, reminiscências de magias e de danças, gris-gris e amuletos de

madeira. Talvez não seja impunemente que se tenha passado pela senzala e dela se tenha saído pelo esforço mais que heróico ou pela bondade do senhor branco, para subir um pouco na escala social. (BASTIDE, 1943, p 08).

Partindo da argumentação de Bastide (1943) é inegável a existência de elementos que são marcadamente africanos: a cultura, através da tradição do povo africano, como a dança, religião, música, etc. e que ainda são perpetuados pela nossa memória. Os escritos de Bastide mostram que no Brasil, os vários acervos culturais não perderam suas características originais e que a poesia realizada por negros possui origens afrodescendentes.

Raymond Sayers, em seu livro, *O negro na literatura brasileira*, de 1958, apresenta como o negro é representado na literatura brasileira, destacando vários momentos histórico-literários a partir de narrativas que endossam a temática da escravidão. Fazendo uma análise de textos escritos antes da abolição, ele classifica os diversos tipos de negros, como: escravo nobre, escravo sofredor, escravo fiel, etc. Durante os anos de 1825-1850, elenca-se que foi o período em que a crítica contra a escravidão foi mais forte, denunciando as mazelas raciais que existia na sociedade brasileira. Sayers, em sua pesquisa, apresenta muitos autores brancos, com o intuito de verificar seus personagens ou algum resquício de origem afrodescendente. Ele diz que Castro Alves é o nome do movimento abolicionista, uma vez que ele mostra os danos que a escravidão ocasionou. Mas, eis que surge Luiz Gama com seus versos, apresentando toda sua subjetividade de sujeito negro e que Sayers diz “é o primeiro poeta de cor a cantar seu amor por uma mulher de sua própria cepa e a rejeitar o amor da branca.” (SAYERS, 1958, p.199).

Na mesma época que “Luiz Gama publicava suas Primeiras trovas burlescas, Maria Firmina dos Reis trazia a público *Úrsula*.” (DUARTE, 2005, p. 21). Uma escritora abolicionista, que se dedicou boa parte de sua obra para escrever sobre a questão da escravidão. “*Úrsula* deve ser considerado o romance pioneiro nas letras femininas” (LOBO, 2011, p. 111) e assinado por “uma maranhense”, sendo este considerado o início da prosa de ficção da literatura afro-brasileira, pois se verifica que

existem marcas que são voltadas em torno da etnia negra, mesmo que a voz autoral não se assuma negro. De acordo com Mott:

No período em que foi publicado *Úrsula*, o escravo era visto principalmente como “o demônio familiar” (título de uma praça escrita por José de Alencar em 1859 que denunciava a influência maléfica da escravidão sobre a família). Os mais liberais consideravam o negro apenas corrompido pelo cativo. Quanto à maioria, fossem eles escravocratas, emancipadores e mesmo abolicionistas, a índole, a própria natureza do negro é que era má. (MOTT, 1991, p.67)

Em meio ao reconhecimento da narrativa firminiana, muitos foram os estudiosos que se preocuparam em resgatar a sua importância para a história das letras afrodescendentes, dentre os quais podemos destacar Nascimento Morais Filho¹, que publica em 1975, a biografia da autora, e do crítico Eduardo de Assis Duarte.² Mendes (2006), assim inicia a descrição da trajetória bibliográfica de Maria Firmina:

Maria Firmina dos Reis nasceu em 11 de outubro de 1825, no bairro de São Pantaleão, na Ilha de São Luís, capital da província do Maranhão, registrada por João Esteves e Leonor Felipa dos Reis. Era prima do escritor maranhense Francisco Sotero dos Reis por parte de mãe. Viveu com a avó, a mãe e as suas primas Balduína e Amália Augusta dos Reis em Guimarães, para onde se mudaram quando ela tinha cinco anos. Autodidata, sua instrução fez-se através de muitas leituras – lia e escrevia francês fluentemente. Exerceu a profissão de professora primária, tendo sido aprovada em primeiro lugar para a vaga do concurso público estadual em 1847 para mestra régia. Aposentou-se em 1881. Um ano antes da aposentadoria, fundou a primeira escola mista no Maranhão, tendo esta funcionado até 1890. Faleceu em 11 de novembro de 1917 aos 92 anos, cega e pobre. (MENDES, 2006, p. 18)

Durante sua vida demonstrou estar muito além de seu tempo e que merece ter seu trabalho reconhecido. Uma autora que merece ser estudada, principalmente por seus conterrâneos. Mendes (2006) escreve sobre sua coragem e iniciativa na defesa dos negros, sem se deixar vencer pelas dificuldades impostas pelo meio em que vivia:

¹ Conseguiu ressignificar a produção literária de Maria Firmina, com a obra: *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*.

² Publicou em 2004, "Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira".

Aventurou-se a escrever dentro do contexto que a realidade brasileira impunha à época, somando-se às dificuldades econômicas e geográficas, já que nunca saiu do eixo Guimarães e São Luís (MA). Apesar de estar inserida em uma sociedade patriarcalista e na maioria das vezes seus escritos apresentarem um estilo ultra-romântico – característica da época em que ela viveu –, considerados, à primeira vista, ingênuos e açucarados, essa escritora como suas contemporâneas mencionava assuntos negados por escritores do seu tempo e revela uma veia abolicionista, articulada com o contexto das relações econômicas, sociais e culturais da época. (MENDES, 2006, p. 23-24)

Mas não é só isso, Maria Firmina rompeu barreiras culturais arraigadas na sociedade oitocentista, lutando contra um comportamento social que impedia a educação da mulher, visto que “a escrita, a leitura e o raciocínio, não eram consideradas como pertencentes ao mundo feminino, pois os homens as julgavam inferiores intelectualmente” (MOLINA, 2011, p. 01). Uma situação confirmada por Oliveira (2007), que nos apresenta alguns tratamentos que eram dispensados às mulheres da época:

No Brasil, até meados do século XIX, a mulher, de uma maneira geral, vivia estrita ao espaço doméstico, sem acesso à educação formal ou à vida cultural literária do país. Não podia sair de casa para trabalhar, nem para divertir-se; somente para ir à igreja e, ainda assim, escoltada por escravos ou familiares. Conforme lembra Tania Quintaneiro, em Retratos de mulher (1996), esconder as mulheres, principalmente de forasteiros, era um costume comum no Brasil oitocentista e um requisito para o reconhecimento de sua honradez. Por isso, foram poucas as mulheres que, de alguma forma, tiveram acesso à educação formal, e ainda mais reduzido o número daquelas cujos escritos chegaram ao conhecimento do público leitor. (grifo do autor) (OLIVEIRA, 2007, p. 10)

Diante de tantos trabalhos, vindos de uma mulher tão à frente de seu tempo e tão importantes para nossa literatura, como pode estar tão esquecida? A questão é que exatamente por estar à frente de seu tempo, sua obra atingiu a elite escravocrata oitocentista, indo de encontro aos interesses dos senhores de escravos, tema bastante presente no conto “A Escrava”, o qual iremos nos prender para a análise, publicado na

Revista Maranhense (1887: 1, nº 3) escrito no auge da campanha abolicionista, por uma autora afrodescendente, que aborda a classe social do negro em nosso país.

Maria Firmina constrói a imagem do escravo em uma outra perspectiva, visto como um ser que tem sua individualidade, que seus personagens são colocados em igualdade, revelando convicções políticas, pois estava além de seu tempo, apresentando seu pensamento sobre a escravidão. A autora apresenta uma postura abolicionista e defende o escravo, nas palavras da narradora: “[...] faz-me até pasmar como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no presente século, no século dezenove!” (REIS, 2009, p. 241).

“Uma senhora”, personagem da narrativa, assim como aparece no conto, em uma reunião social, revela a sua posição frente a escravidão:

Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e sempre será um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio, e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha: porque de frente altiva e desassombrada não podemos encarar as nações livres: por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampa-se na fronte de todos nós. Em balde procurará um dentre nós, convencer ao estrangeiro que em essas veias não gira uma só gota de sangue escravo... (REIS, 2009, p. 242)

Em meio a efervescência da abolição da escravatura, que veio um ano após a publicação do conto, Firmina, utilizando da fala da narradora, revela que a escravidão atrasava o progresso do país, ficando para trás de tantas outras nações.

A partir de então, eis que a narrativa prossegue com a aparição da escrava Joana. A narradora viu “uma mulher correndo, e em completo desalinho passou por diante de mim, e como uma sombra desapareceu” (REIS, 2009, p. 243), mas a senhora acompanhou-a com o olhar, para não perder a sua direção que iria e percebendo seu enorme desespero ficou “surpresa com a aparição daquela mulher, que parecia foragida, daquela mulher que um minuto antes quebrava a solidão com seus ais lamentosos, com gemidos magoados, com gritos de suprema angústia [...]” (REIS, 2009, p. 243). A narradora sentiu uma intensa vontade em ajudá-la, eis que surge de repente um homem

“de cor parda, de estatura elevada, largas espáduas, cabelos negros e anelados” (REIS, 2009, p. 244) era o algoz que estava atrás na negra fugitiva, pois precisava encontrá-la para acoitá-la.

Mas a mulher compadecida com a situação da negra indicou a direção contrária para o feitor, para que assim tivesse tempo de protegê-la, quando “um homem rompendo a espessura, apareceu ofegante, trêmulo e desvairido” (REIS, 2009, p. 247). Ao invocar a imagem do negro, a senhora destaca:

Era quase uma ofensiva ao pudor fixar a vista sobre aquele infeliz, cujo corpo seminu mostrava-se coberto de recentes cicatrizes; entretanto sua fisionomia era franca, e agradável. Corpo negro, e descarnado; suposto seu juvenil aspecto aljofarado de copioso suor, seus membros alquebrados de cansaço, seus olhos rasgados, ora lânguidos pela comoção de angústia que se lhe pintava na fronte, ora deferindo luz errante, e trêmula, agitada, e incerta traduzindo a excitação, e o terror, tinham um quê de altamente interessante. No fundo do coração daquele rapaz pobre, devia haver rasgos de amor, e generosidade. (REIS, 2009, p. 247)

Como é descrito no trecho acima, observa-se um outro olhar que se tem do homem negro, pois “sua fisionomia era franca, e agradável”. Era Gabriel, filho da negra foragida, que também fugiu a procura de sua mãe e exclamando diz a senhora:

[...] eu procuro minha mãe, que correu nesta direção, fugindo ao cruel feitor, que a perseguia. Eu também agora sou um fugido: porque a uma hora deixei o serviço para procurar minha pobre mãe, que além de douda está quase a morrer. Não sei se ele a encontrou; e o que será dela. Ah! Minha mãe! É preciso que eu corra, a ver se acho antes que o feitor a encontre. Aquele homem é um tigre, minha senhora, - uma fera.

- Amanhã, continuou ele, hei de ser castigado; porque saí do serviço, antes das seis horas, hei de ter trezentos açoites; mas minha mãe morrerá se ele a encontrar. Estava no serviço, coitada! Minha mãe caiu, desfalecida; o feitor impôs que trabalhasse, dando-lhes açoites; ela deitou a correr gritando. Ele correu atrás. Eu corri também, corri até aqui porque foi esta a direção que tomaram. Mas, onde está ela, onde estará ele? (REIS, 2009, p. 248)

A senhora decidida a apadrinhá-los, deixou que ele falasse sobre o ocorrido, para então revelar que sua mãe estava salva, mostrando onde a encontrava-se, apontou para

uma “mouta”. E logo, Gabriel, a identificou e correu em sua direção, que estava desfalecida. A senhora resolveu levá-los para sua casa, protegendo-os contra o infeliz feitor, mas ela relata que:

bem conhecia a gravidade do meu ato: - recebia em meio lar dois escravos foragidos, e escravos talvez de algum poderoso senhor, era expor-me à vindita lei; mas em primeiro lugar o meu dever, e o meu dever era socorrer aqueles infelizes.

Sim, a vindita lei; lei que infelizmente ainda perdura, lei que garante ao forte o direito abusivo.[...]

Como não devem ignorar, eu já me havia constituído então membro da sociedade abolicionista da nossa província, e do Rio de Janeiro. Expedi de pronto um próprio à capital. (REIS, 2009, p. 248).

Mesmo sabendo do risco que corria, a senhora, já havia se constituído membro da sociedade abolicionista da província, ficando com muita raiva da enorme humilhação que aqueles negros passavam. Então a senhora dá voz à negra, deixando que relate sobre a sua estória, pois “o sujeito negro do discurso enraíza-se, geralmente, no arsenal de memória do escritor negro” (CUTI, 2010, p. 89). Esta ao correr lágrimas sobre o rosto e com uma voz fraca começa narrar o drama:

- Minha mãe era africana, meu pai de raça índia; mas eu de cor fusca. Era livre, minha mãe era escrava.

Eram casados e desse matrimônio, nasci eu. Para minorar os castigos que este homem cruel infligia diariamente à minha pobre mãe, meu pai quase consumia seus dias ajudando-a nas suas desmedidas tarefas; mas ainda assim, redobrando o trabalho, conseguiu um fundo de reserva em meu benefício.

Um dia apresentou a meu senhor a quantia realizada, dizendo que era para o meu resgate. Meu senhor recebeu a moeda sorrindo-se – tinha cinco anos – e disse: A primeira vez que for a cidade trago a carta dela. Vai descansando.

Custou a ir à cidade; quando foi demorou-se algumas semanas, e quando chegou entregou a meu pai uma folha de papel escrita, dizendo-lhe:

- Toma, e guarda, com cuidado, é a carta de liberdade de Joana. Meu pai na sabia ler; de agradecido beijou as mãos daquela fera. Abraçou-me, chorou de alegria, e guardou a suposta carta de liberdade.

Então furtivamente comecei a aprender a ler, com um escravo mulato, e a viver com alguma liberdade. (REIS, 2009, p. 254)

Joana muito feliz porque estava a conhecer o mundo das letras que “durou dois anos” (REIS, 2009, p. 255) a tão sonhada liberdade. Mas, infelizmente, não foi por muito tempo que a felicidade reinou. Logo depois, seu pai veio a óbito, o senhor procurou sua mãe e ordenou que Joana fosse logo para o serviço, obedecendo imediatamente a ordem do senhor, fez-se a cumprir. Nessa época, Joana contava de “sete anos” (REIS, 2009, p. 255) e relatou:

Nunca a meu pai passou pela idéia, que aquela suposta carta de liberdade era uma fraude; nunca deu a ler a ninguém; mas, minha mãe à vista do rigor de semelhante ordem, tomou o papel, e deu-o a ler, àquele que me dava as lições. Ah! Eram quatro palavras sem nexos, sem assinatura, sem data! Eu também a li, quando caiu das mãos do mulato. Minha pobre mãe deu um grito, e caiu estrebuchando.

Sobreveio-lhe febre ardente, delírios, e três dias depois estava com Deus.

Fiquei só no mundo, entregue ao rigor do cativo. (REIS, 2009, p. 255)

Joana relembra seu passado com muita dor e sofrimento, momento em que lhe foi tirado seus filhos, observada no seguinte trecho:

Um homem apeou-se à porta do Engenho, onde juntos trabalhavam meus pobres filhos - era um traficante de carne humana. Ente abjeto, e sem coração! Homem a quem as lágrimas de uma mãe não podem comover, nem comovem os soluços do inocente. (...)

A hora permitida ao descanso, concheguei a mim meus pobres filhos, extenuados de cansaço, que logo adormeceram. Ouvi ao longe rumor, como de homens que conversavam. Alonguei os ouvidos; as vozes se aproximavam. Em breve reconheci a voz do senhor. Senti palpitar desordenadamente meu coração; lembrei-me do traficante... Corri para meus filhos, que dormiam, apertei-os ao coração. Então senti um zumbido nos ouvidos, fugiu-me a luz dos olhos e creio que perdi os sentidos.

Não sei quanto tempo durou este estado de torpor; acordei aos gritos de meus pobres filhos, que me arrastavam pela saia, chamando-me: mamãe! mamãe!

Ah! minha senhora! abriu os olhos. Que espetáculo! Tinham metido adentro a porta da minha pobre casinha, e nela penetrado meu senhor, o feitor, e o infame traficante.

Ele, e o feitor arrastavam sem coração, os filhos que se abraçavam a sua mãe. (REIS, 2009, p. 256)

Comovido com o enorme sofrimento da mãe, Gabriel, resolve interromper a sua fala, pois sentia que morte estava por vir. E Joana ao sentir que estava chegando sua hora de partir, exclama:

- Deixa concluir, meu filho, antes que a morte me cerre os lábios para sempre... deixa-me morrer amaldiçoando os meus carrascos.
 - Por Deus, por Deus, gritei eu, tornando a mim, por Deus, que levem-me com meus filhos!
 - Cala-te! gritou meu feroz senhor. – Cala-te ou te farei calar.
 - Por Deus, tornei eu de joelhos, e tomando as mãos do cruel traficante: - meus filhos!... meus filhos!
- Mas ele dando um mais forte empuxão, e ameaçando-os com o chicote, que empunhava, entregou-os a alguém que os devia levar. (REIS, 2009, p. 257)

A narradora comovida com tal depoimento resolve comprar a liberdade dos negros, dizendo: “Em troca desta quantia exijo a liberdade do escravo fulano – haja ou não aprovação do seu senhor” (REIS, 2009, p. 258) e colocando um fim aquela exploração humana.

Maria Firmina registra sua obra num contexto revolucionário e apresenta, no conto, sua atitude abolicionista na busca pela eliminação imediata da escravidão, onde podemos constatar que seus escritos são carregados de sentimento, demonstrando sua indignação contra a elite oitocentista. A sua vontade de combate contra a escravidão era tão grande, que sua narrativa vem impregnada de ironia, denúncia e repulsa contra a sociedade.

Logo, sua narrativa aborda sobre a negritude a partir de suas próprias experiências, tendo como intenção recuperar a condição do negro dentro da sociedade, uma vez que é intuito da literatura afro-brasileira produzir um discurso onde a presença de temas que retratem a identidade negra seja predominante, sabendo utilizar a linguagem de maneira que não possa denegrir ou estereotipar o negro, além de apresentar uma voz que se refira a questões raciais em pleno século XIX, como é o caso Maria Firmina dos Reis, onde podemos constatar que seus escritos demonstram sua indignação contra a elite da época.

Referências

BASTIDE, Roger. **A poesia afro-brasileira**. São Paulo: Martins, 1943.

CAMARGO, Oswaldo de. **O negro escrito**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1987.

CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura e afro-descendência. In: **Literatura, política e identidade: ensaios**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005.

_____. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In FERREIRA, Elio; FILHO, Feliciano José Bezerra (Orgs). **Literatura, história e cultura afro-brasileira e africana**. Teresina: Editora da UFPI, 2013.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. In: SCRIPTA. Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009.

LOBO, Luiza. Maria Firmina dos Reis. In DUARTE, Eduardo de Assis (Org). **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica**. Vol. 1. Precursores. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MENDES, Algemira de Macêdo. **Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX**. 2006. 282 f. Tese (Doutorado em Letras), Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul, 2006.

MOLINA, Lívia Menezes da Costa. **Maria Firmina dos Reis, 150 anos de pureza e ousadia**. Maio 2011. Disponível em <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/data1/autores/102/mariafirminacritica02.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

MORAES FILHO, José Nascimento de. **Maria Firmina, fragmentos de uma vida.** São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Escravidão e literatura. In: **A mulher na luta contra a escravidão.** São Paulo: Contexto, 1991. (Coleção Repensando a história)

OLIVEIRA, Adriana Barbosa de. **Gênero e etnicidade no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis.** 2007. 107 f. Dissertação (Pós-graduação em estudos literários) – Programa de Pós-Graduação em letras: estudos literários, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

REIS, Maria Firmina. “A escrava”. In: **Maria Firmina dos Reis. Úrsula.** Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis. Ed. Mulheres. Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.

SAYERS, Raymond. **O negro na literatura brasileira.** Trad. Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.